

RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.004 - SP (2014/0276268-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **ROBERTO COSTA**
ADVOGADO : **LUIZ EDUARDO PIRES MARTINS - SP278515**
RECORRIDO : **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE S/A**
ADVOGADO : **FERNANDO NEVES DA SILVA - DF002030**
ADVOGADA : **ADRIANA BARBOSA DE CASTRO - DF028638**
ADVOGADOS : **CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA - DF032288**
CAMILLA CAVALCANTI DE SOUZA E OUTRO(S) - SP295627

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **ROBERTO COSTA** com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Seguro Saúde. Contrato coletivo. Sentença que julgou parcialmente procedente a ação de obrigação de fazer, para declarar o direito da parte e seus dependentes de serem reincluídos no seguro saúde, nas mesmas condições e benefícios de cobertura assistencial de que desfrutavam, mediante pagamento do prêmio integral, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/98, arbitrando-se o valor mensal de R\$ 535,58. Ônus sucumbenciais carreados à ré. Data da distribuição: 18/04/2011. Valor da causa: R\$ 20.000,00.

Apela a ré Sul América, ressaltando que a manutenção do seguro saúde GM, nos termos da lei 9656/98, não é possível, devido à inexistência de prêmio pago a Sul América ou risco assumido pela seguradora. Aduz que há novo contrato, disponível para demitidos e aposentados, devendo ser cumprido. Valor fixado na sentença deve ser retificado, porque carece de embasamento técnico ou atuarial, devendo ser estipulado o valor devido pela manutenção do autor no contrato antes disponibilizado pela GM aos seus funcionários demitidos e aposentados, ou àqueles atualmente praticados.

Apela o autor sustentando necessidade de reformar a sentença para que o valor do prêmio seja composto pelo montante que vinha pagando enquanto empregado acrescido daquele pago pela ex-empregadora, e não pelo que foi estipulado na decisão, que considerou a tabela da Apamagis; ré descumpriu ordem para emissão de boleto bancário no valor estipulado pelo juízo, ensejando a execução das astreintes; deve a ré ser condenada a arcar com o valor acumulado pelo descumprimento de decisão, no importe de R\$ 168.000,00; os honorários sucumbenciais devem ser

majorados para R\$ 5.000,00.

Do recurso da Sul América. Cabimento parcial. Manutenção do beneficiário dependente no seguro, mesmo após sua demissão, nas mesmas condições de cobertura que gozava durante a vigência do contrato de trabalho, assumindo o pagamento integral. Aplicabilidade do artigo arts. 31 da Lei 9656/98 e 5º, da Resolução Normativa 279 da ANS, devendo ser considerada a nova contratação.

Não prevê o art. 31 a garantia do mesmo preço, mas das mesmas condições de cobertura assistencial, logo, não há que se falar na manutenção do mesmo valor pago anteriormente pelo empregado, sob a vigência do seguro saúde antigo não mais existente.

Possui direito o aposentado de ser mantido no seguro saúde coletivo, com as mesmas condições de cobertura gozada quando da vigência do contrato de trabalho, assumindo o pagamento integral (valor por ele custeado mais a parcela paga pela empregadora), cujo valor deve ser verificado em sede de liquidação de sentença, aplicando-se o previsto no contrato atualmente existente.

Do recurso do autor. Cabimento parcial.

Montante da mensalidade. Valor arbitrado pela decisão de primeiro grau (R\$ 535,58) levou em consideração a tabela do seguro saúde da Apamagis (Associação Paulista da Magistratura), deveria o juiz sentenciante ter considerado os termos da Lei 9.656/98. Pleito do autor (continuar pagando mensalidade no montante enquanto empregado) não subsiste, haja vista o acolhimento parcial do apelo da ré, para que o aposentado seja mantido no seguro saúde coletivo, com as mesmas condições de cobertura gozada quando da vigência do contrato de trabalho, assumindo o pagamento integral, com montante a ser verificado em liquidação de sentença, aplicando-se o previsto no contrato atualmente existente.

Multa astreintes. Decisão recorrida não merece reforma. Ainda que tenha havido comando judicial para que a ré comprovasse a emissão dos boletos ao autor, verifica-se que a seguradora, de fato, emitiu as cobranças nos termos da decisão liminar.

Honorários. Tendo em vista o trabalho do patrono do autor, os honorários advocatícios merece ser majorado de R\$ 1.000,00 para R\$ 2.000,00. Parcialmente provido o recurso da ré, Sul América, para que o aposentado seja mantido no seguro saúde coletivo, com as mesmas condições de cobertura gozada quando da vigência do contrato de trabalho, assumindo o pagamento integral (valor por ele custeado mais a parcela paga pela empregadora), cujo valor deve ser verificado em sede de liquidação de sentença, aplicando-se o previsto no contrato atualmente existente.

Parcialmente provido o recurso do autor, apenas para majorar o valor dos honorários advocatícios de R\$ 1.000,00 para R\$ 2.000,00, refutando a cobrança da multa cominatória." (e-STJ, fls. 359/360)

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 5º, XXXVI, da Constituição Federal; 461 do Código de Processo Civil e 31 da Lei 9.656/98.

É o relatório.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitado o Tema 1.034, nos termos da seguinte ementa:

"PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

(ProAfr no REsp 1.829.862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprido destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas

Superior Tribunal de Justiça

pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator